



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA CLÍNICA DE SAÚDE VISUAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PERCEPÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO E SAÚDE DA AMPLANORTE

Suellen Cristine Haensch - Universidade do Contestado - Canoinhas - SC – Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2188-8988>

Argos Gumbowsky – Universidade do Contestado – Canoinhas – SC – Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7217-9025>

Resumo

As Universidades, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuem com o desenvolvimento regional. O presente artigo teve como objetivo relacionar a extensão universitária da Clínica de Saúde Visual da Universidade do Contestado e o desenvolvimento regional, na percepção de gestores de educação e saúde da Amplanorte. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória; quanto aos procedimentos para coleta de dados, bibliográfica e de campo; e, quanto à natureza dos dados, qualitativa. A coleta de dados ocorreu a partir da aplicação de formulários investigativos, com questões abertas e fechadas (escala de *Likert*), aos secretários municipais da educação, diretores escolares e secretários municipais de saúde dos municípios da Amplanorte, via *Google Forms*, totalizando 24 pesquisados. Os dados foram analisados a partir da categoria de análise de desenvolvimento regional. Conclui-se que há predominância da percepção positiva entre os pesquisados. Esse resultado pressupõe que houve contribuição da Clínica de Saúde Visual para a promoção do desenvolvimento humano e para os objetivos do desenvolvimento sustentável pela extensão em saúde na população dos municípios da Amplanorte.

Palavras-chave: Saúde visual; extensão universitária; optometria; desenvolvimento regional.

1. Introdução

Este artigo é um fragmento da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional intitulada “Extensão Universitária e Responsabilidade Social: um estudo dos atendimentos da Clínica de Saúde Visual da Universidade do Contestado”.

Segundo Siedenberg (2006), o desenvolvimento regional refere-se a um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem numa determinada região, porém, é necessário considerar que a abrangência dessas mudanças vai além desses aspectos, estabelecendo uma série de inter-relações com outros elementos e estruturas presentes na região considerada, configurando um complexo sistema de interações e abordagens.

Neste contexto, tanto maior será a contribuição da universidade para a sociedade quanto for a sua inserção regional. Assim sendo, além de sua condição de universidade, a instituição deve assumir características de universidade regional, articulando-se com os vários municípios de seu entorno. Caracteriza-se como instituição regional por estar em constante diálogo com a comunidade, atendendo as suas necessidades e constituindo-se em fator de integração a partir de cada realidade, buscando um projeto coletivo de desenvolvimento e um crescimento harmônico da região em que atua. A universidade regional tem como



responsabilidade social a sua contribuição na promoção e articulação “dá e entre” as comunidades, em função das demandas que se apresentam, procurando catalisar iniciativas e ações voltadas para o desenvolvimento da região (Lauxen, 2006, p. 238).

O desenvolvimento é um conceito pluridimensional, que abrange aspectos sociais e econômicos. A abordagem das capacidades, desenvolvida, sobretudo, pelo economista indiano Amartya Sen, considera um índice multidimensional de desenvolvimento, semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, que contém informações sobre emprego/renda, educação e saúde, como medida de desempenho territorial (variáveis dependentes) (Mueller, 2020).

Desenvolvimento humano significa o desenvolvimento das pessoas por via do reforço das capacidades humanas para as pessoas, por visar a melhoria das suas vidas, e pelas pessoas, por participarem ativamente nos processos que moldam as suas vidas (ONU, 2015). O desenvolvimento humano é um termo complexo, que envolve diferentes dimensões, entre elas saúde, educação e emprego entre outras, as quais são garantidas constitucionalmente no Brasil desde 1988 (Mendes et al., 2020).

Um grande agravante do processo de desenvolvimento humano, contudo, provém das desigualdades regionais, que reforçam as zonas de pobreza e centralizam recursos em áreas com maior riqueza. Dessa forma, as discrepâncias regionais reforçam o papel do Estado enquanto formulador e um dos principais instituidores de políticas públicas, em diferentes contextos mundiais, mais especialmente na América Latina, devido aos ainda incipientes níveis de desenvolvimento humano e econômico presentes nestes países (Mendes et al., 2020).

Oportunidades sociais, na forma de educação e saúde, facilitam a participação econômica. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros (Sen, 2000).

A universidade possui relevância na geração e efetivação de políticas públicas em áreas como saúde e educação, dentre outras, por constituir espaço privilegiado para a produção e disseminação de conhecimentos e para a formação de profissionais. Como resultado concreto da atuação das universidades, busca-se a valorização das ações de extensão universitária sob a forma de consórcios, redes ou parcerias em projetos e programas com secretarias de governos federal, estadual e municipal, entre outros (Fujita et al., 2016).

A Universidade do Contestado (UNC) é uma instituição pública, de caráter privado, sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Universidade do Contestado, cuja Reitoria está sediada na Avenida Presidente Nereu Ramos, n. 1.071, no município de Mafra, no Estado de



Santa Catarina. A instituição congrega os campi de Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Mafra, Porto União e Rio Negrinho, para a oferta de cursos na modalidade presencial, e seis polos de Educação a Distância.

No *Campus* Canoinhas, dentre os vários cursos ofertados, está o de Optometria, constituindo-se no primeiro Curso de Optometria em nível bacharelado, iniciado em 1999, com base na missão da instituição e na situação da saúde no Brasil, de forma especial na saúde visual e ocular. A estrutura curricular do curso foi baseada na formação de nível superior em Optometria, o qual é ofertado em vários países no mundo (UNC, 2016).

O Curso de Optometria tem como objetivo geral proporcionar ensino atualizado e qualificado voltado à formação especializada na área da optometria clínica, por meio da capacitação e treinamento do acadêmico para o exercício de suas diferentes competências, promovendo entrosamento com a pesquisa e a extensão e garantindo a formação de um profissional com competência de ordem técnica-científica e interdisciplinar para atuar na promoção da visão como condição básica para a qualidade de vida (UNC, 2022).

Para apoiar as atividades curriculares e propiciar campo de estágio, para uma formação de prática profissional em Optometria no Brasil, foi instituída, em 2003, a Clínica de Saúde Visual (CSV) (UNC, 2016). Desde então, são realizados atendimentos de saúde visual e ocular, disponibilizados à comunidade da Associação dos Municípios do Planalto Norte – Amplanorte –, e, além disso, ações de ensino e de pesquisa, com um total de mais de 24.200 atendimentos até o ano de 2022. Os cidadãos atendidos são provenientes principalmente dos municípios que integram a Amplanorte, quais sejam: Canoinhas, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Major Vieira, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Porto União e Irineópolis.

Este artigo tem como objetivo relacionar a extensão universitária da Clínica de Saúde Visual e o desenvolvimento regional, na percepção de gestores de educação e saúde no âmbito da Amplanorte.

2. Metodologia

Quanto aos objetivos, a investigação caracteriza-se como descritiva e exploratória. Descritiva, pois buscou descrever uma experiência de extensão universitária de determinada instituição (Gil, 2018), e exploratória, porque analisa um campo ainda incipiente. Envolveu, também, levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulam a compreensão (Gil, 2007).



Quanto aos procedimentos de coleta, avocou contornos de pesquisa bibliográfica e de campo. Quanto à natureza dos dados, caracteriza-se como qualiquantitativa. Na pesquisa quantitativa, a quantificação, a análise e a interpretação dos dados e resultados processaram-se por meio da estatística descritiva. A pesquisa quantitativa baseou-se em outras pesquisas e em estudos prévios. A primeira foi utilizada para consolidar crenças e estabelecer padrões de comportamento em uma população, e a segunda, para construir conceitos próprios sobre o fenômeno estudado. Apesar das diferenças, conforme Lozada (2018), numa pesquisa pode-se utilizar ambas as categorias.

A pesquisa quantitativa reuniu, registrou e analisou os dados levantados por meio da coleta de dados, e a abordagem qualitativa preocupou-se em analisar e interpretar aspectos que contribuíram com a discussão dos resultados. Ainda, esse estudo qualitativo contextualizou em relação às percepções dos gestores educacionais e de saúde dos municípios da Amplanorte; portanto, seus dados também foram provenientes de dados empíricos, coletados de forma sistemática.

A pesquisa de campo abrangeu os municípios integrantes da Amplanorte, sendo eles: Maфра, Porto União, Canoinhas, Itaiópolis, Três Barras, Papanduva, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Monte Castelo.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a análise das percepções dos gestores de educação e saúde dos municípios da Amplanorte foi realizada por intermédio de questionário *on-line*, enviado pelo *Google Forms*.

A população foi composta por nove secretários de educação, de um total de dez; cinco secretários de saúde, de um total de dez; e dez diretores escolares. O convite para a participação foi enviado via *e-mail* e *WhatsApp* e com contato verbal por telefone. Utilizou-se da amostragem intencional.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de três questionários *on-line*, com questões abertas e fechadas, diferenciados entre si: o primeiro, para os secretários municipais de saúde; o segundo, para os secretários municipais de educação; e o terceiro, para os diretores das escolas. As questões dos questionários foram elaboradas a partir da contextualização teórica do estudo, e o sujeito investigado apresentou suas respostas de maneira discursiva e objetiva, com as questões fechadas e de escala de *Likert* com cinco opções de resposta.

Os dados coletados com o uso dos questionários foram aglutinados, de maneira a expor uma percepção positiva, neutra ou negativa perante os questionamentos, conforme apresentado no Quadro 1, que demonstra a dicotomização de dados da escala de *Likert*.

Quadro 1 – Dicotomização de dados da escala de *Likert*

Escala	Percepção		
	Positiva	Neutra	Negativa
Nenhum Pequeno Médio Grande Muito Grande	Grande Muito Grande	Médio	Nenhum Pequeno
Não impacta Baixo impacto Não conheço Médio Impacto Alto Impacto	Médio Impacto Alto Impacto	Não conheço	Não impacta Baixo impacto
Sempre Frequentemente Poucas Vezes Raramente Nunca	Sempre Frequentemente	Poucas vezes	Raramente Nunca
Concordo totalmente Concordo parcialmente Indiferente Discordo parcialmente Discordo Totalmente	Concordo totalmente Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente Discordo Totalmente

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

As questões abertas foram analisadas em função da categoria de análise definidas para o estudo, sendo ela o Desenvolvimento Regional.

Esta pesquisa cumpriu com os requisitos éticos para a sua execução. O projeto foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNC, sendo aprovado sob o n. 5.680.317.

3. Extensão universitária

Segundo o FORPROEX (2012), a Extensão Universitária denota uma postura da universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a própria universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. A Extensão Universitária denota igualmente uma prática acadêmica, a ser desenvolvida, como determina a Constituição de 1988, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural e social.

Uma das especificidades da extensão está em ser um espaço de ação pedagógica, focada na aplicação dos conhecimentos na prática social, como meio de disponibilizá-los em prol da solução de problemas que atingem a população. Quanto mais a sociedade mergulha



em problemas, mais se exige dos intelectuais, cientistas e das instituições que fornecem potenciais para soluções. As atividades de extensão permitem que os atores da universidade traduzam para o campo operacional os conhecimentos produzidos pela academia e, ao mesmo tempo, que oxigenem seus ímpetus epistemológicos de construção de saberes pertinentes, edificantes da vida social (Silva, 2018).

A extensão representa uma possibilidade de participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia¹ e na luta contra a exclusão social², entre outros. Para tal, ela não pode ser pensada como uma instância administrativa da universidade, pois exige organicidade com o fazer cotidiano das instituições, além de cooperação e diálogo com diferentes comunidades e compreensão de determinados contextos; enfim, movimentos de aproximação entre universidade e comunidade (Rezer, 2019).

A extensão articula o ensino e a pesquisa com os interesses sociais, e é validada pela presença de agentes universitários nos setores sociais executando ações de serviços e projetos (Silva, 2018).

A Universidade do Contestado, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência de 2020 a 2025, adota o seguinte conceito:

A Extensão é concebida como meio de integrar Universidade-Sociedade através de um conjunto de ações de caráter interdisciplinar, capaz de articular as suas atividades com o Ensino, a Pesquisa e as demandas do entorno social, fortalecendo o compromisso da Universidade com a sociedade. A Extensão tem por finalidade formar recursos humanos comprometidos com a transformação da realidade, cujos partícipes sintam-se sujeitos do ato de aprender, de produzir conhecimento e novas tecnologias (UNC, 2020, p. 91).

As ações de extensão, integradas ao ensino de Graduação, se efetivam por meio de estágios curriculares e extracurriculares, clínicas-escola, núcleo de práticas jurídicas, laboratórios e clínica veterinária, que possibilitam o aprimoramento da prática profissional aliada às práticas investigativas, capazes de gerar reflexões sistemáticas e o desenvolvimento da capacidade crítica do acadêmico (UNC, 2020).

Nas cidades de sua abrangência, a UNC oferece à população serviços especializados em diversas áreas, entre elas a saúde. A assistência à saúde àqueles que dela necessitam é

¹ O termo democracia tem origem grega, podendo ser etimologicamente dividido da seguinte maneira: demos (povo), kratos (poder). Em geral, democracia é a prática política de dissolução, de alguma maneira, do poder e das decisões políticas em meio aos cidadãos.

² A OPS define exclusão social como um processo estrutural, multidimensional, que envolve a falta de recursos e oportunidades e a falta de pertencimento como um produto da ruptura dos laços sociais, que permitem que os indivíduos integrem uma rede social.



oferecida pelas clínicas vinculadas aos cursos de Psicologia, Fisioterapia, Medicina, Enfermagem e Optometria (UNC, 2020).

Apostar na potencialidade da extensão passou a ser uma possibilidade de “abrir as portas” da Universidade, mostrar o que é produzido, bem como aprender com diferentes setores sociais que, a seu modo, também produzem. De maneira mais comum, em uma lógica que permita à universidade “partilhar” o saber nela produzido, de modo a qualificar práticas sociais gestadas e desenvolvidas “fora de seus muros” (Rezer, 2019).

A parceria entre a universidade e a comunidade pode ser compreendida como uma alternativa para a promoção da saúde, por meio da vivência e da produção de conhecimento no contexto e cotidiano social. A atividade de extensão configura uma contrapartida, no âmbito da política de saúde vigente, junto à gestão das diversas esferas governamentais, objetivando contribuir na ampliação do atendimento à saúde com qualidade à população brasileira (Santana et al., 2021).

Por meio dos princípios estabelecidos no âmbito da legislação de ensino, a existência de uma instituição de Ensino Superior pressupõe a existência de elementos que contribuam para a promoção do Desenvolvimento Regional, respeitada sua escala e articulação com a sociedade (Gumbowsky, 2014).

A prática da extensão universitária traz contribuições para a sociedade, pois permite o contato dos acadêmicos com as comunidades, no qual as teorias aprendidas em sala de aula são colocadas em prática. A extensão possui papel essencial, tanto na vida dos acadêmicos quanto na vida das pessoas que usufruem desse aprendizado. A população recebe o aprendizado e é beneficiada no que diz respeito ao desenvolvimento na vida de cada ser, provocando, assim, mudanças sociais (Rodrigues et al., 2013).

No âmbito da discussão sobre desenvolvimento local, defende-se que a comunidade local onde o campus universitário está instalado assuma o protagonismo, tanto no levantamento das necessidades e elaboração do diagnóstico quanto na busca por soluções que venham a mudar ou melhorar a vida daquela comunidade, e que a universidade, por meio da extensão, possa não somente os induzir, mas mobilizá-los (Queiroz; Medina; Correa, 2020). Dessa forma, as ações de extensão universitária têm relevância tanto no campo da Universidade e na formação de profissionais conscientes da realidade social, quanto no campo social, na contribuição com o desenvolvimento nacional (Faria, 2015).

Ao longo da história, durante muitos anos, agentes econômicos, empresas, estados e indivíduos pautaram as suas decisões econômicas com base apenas nos benefícios materiais, sem se preocuparem com as demais questões relacionadas ao desenvolvimento.



É com base no senso de coletividade, contido no conceito de desenvolvimento e nas lacunas sociais e ambientais, provenientes da concepção do desenvolvimento econômico, decorrente do processo de industrialização, que surgiram representações e movimentos favoráveis a novas concepções de desenvolvimento (Dantas; Guenther, 2021).

O texto do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010) cita que nenhum país pode almejar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que essas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo (Brasil, 2001).

A Lei Federal nº 13.005/2014 aprovou o PNE com vigência de dez anos, determinando diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Entre as diretrizes do PNE, estão: a melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2014).

Como estratégias para o Ensino Superior, a referida Lei fomenta a formação de consórcios entre instituições públicas de Educação Superior, com o intuito de potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, institucionalizar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais (Brasil, 2014).

Segundo o artigo 5º, item IV da Resolução nº 7/2018, que institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, as IES devem promover a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, com base em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico (Brasil, 2018). Cabe constar que a UNC iniciou o processo de curricularização da extensão na IES em 2023.

Nesse contexto,

A curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e, de outro, da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel social da universidade, bem como a relevância social do ensino e da pesquisa (Gadotti, 2017, p. 4).

O trabalho de extensão somente se justifica à medida que a extensão é ensino e/ou pesquisa: o aluno atende a população carente como parte de seu aprendizado prático, seja no exercício profissional, seja no treinamento de suas habilidades de pesquisa. A



responsabilidade social está em tudo o que cerca a formação dos alunos e a produção de conhecimento (Berto, 2011).

A Extensão Universitária permite a construção de relações entre a Universidade e a sociedade por meio do diálogo e troca de saberes, contribuindo para a superação da desigualdade e exclusão social, na medida em que as ações extensionistas promovem a emancipação e auxiliam na busca de soluções para as demandas regionais. Seguramente, a Extensão não dará conta de dirimir os problemas históricos da região, mas se coloca na perspectiva de auxiliar, mediante práticas que assegurem a cidadania e a inclusão social (Frota, 2017).

Não se concede à universidade ou à extensão universitária o papel redentor de todos os problemas da sociedade, pois não é esta a sua função social. Ela não pode assumir o papel das políticas públicas ou outras funções do Estado; entretanto, em razão de sua função social, a universidade não pode se distanciar dos problemas e formas de enfrentamento para resolvê-los (Serrano et al., 2019).

Na continuidade do texto, são abordadas as políticas públicas de saúde visual e ocular para o desenvolvimento regional.

4. Políticas públicas de saúde visual e ocular para o desenvolvimento regional

Ao introduzir a discussão sobre a política pública é necessário abordar conceitos sobre a política e o Estado. A ciência política e a teoria geral do Estado são disciplinas diretamente relacionadas à organização da vida em sociedade. O ser humano somente pode ser compreendido a partir da sua inserção na vida em sociedade. Conforme Aristóteles, o homem é um ser político (Scalabrin; Melo, 2017).

A palavra Estado é recente no vocabulário jurídico e político ocidental. É uma instituição na qual estamos inseridos e onde nossas vidas transcorrem (Carolo; Milani, 2021). O conceito de Estado é derivado da sociedade que o engendra; por isso, não é possível operar teoricamente com um único conceito para elucidar uma organização humana, que depende da diversidade de cada sociedade a cada etapa histórica de seu desenvolvimento.

A política pública, enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, nasceu nos EUA, ultrapassando etapas seguidas pela tradição europeia de pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública surgiu como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo –, produtor, por excelência, de políticas



públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (Souza, 2006).

No Brasil, apenas no final dos anos de 1970 e começo de 1980 tiveram início efetivo os estudos da área acadêmica sobre políticas públicas, com a publicação de trabalhos sobre a formação histórica das ações de governo (Dias; Matos, 2012).

A política pública, como campo do conhecimento, busca “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006).

O conceito de política pública pressupõe que há uma área da vida que não é privada ou somente individual, mas que existe em comum com os outros e é controlada pelo governo para propósitos públicos (Dias; Matos, 2012).

As políticas públicas são as ações empreendidas ou não pelos governos, que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo oferecer condições para que todos possam atingir uma melhoria na qualidade de vida (Dias; Matos, 2015).

De forma resumida, as políticas públicas tratam da gestão dos problemas e das demandas coletivas, por meio da utilização de metodologias que identificam prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de atingir os objetivos e metas pré-definidos (Dias; Matos, 2012).

As políticas públicas são diretrizes para nortear as ações em determinada área da vida social. Sua formulação envolve a discussão de vários atores da sociedade – governo, legisladores, representantes de associações civis – e de setores produtivos – comércio, indústria e transporte, entre outros –, resultando em um consenso. Várias de suas proposições podem se tornar leis (Solha, 2014).

As políticas públicas podem ser de diferentes tipos: 1) Política Social: saúde, educação, habitação, previdência social; 2) Política Macroeconômica: fiscal, monetária, cambial, industrial; 3) Política Administrativa: democracia, descentralização, participação social; 4) Política Específica ou Setorial: meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos etc. (Dias; Matos, 2012).



Com o aumento da complexidade das sociedades modernas, que inclui uma maior diversidade das demandas da sociedade para o Estado, torna-se necessário que este constitua novas ações em termos de políticas públicas, o que amplia a necessidade de intervenção na realidade social (Dias; Matos, 2012).

Entende-se que o homem é um ser político que pode ser compreendido a partir da vida em sociedade. O Estado moderno coordena e regula toda a atividade social dos cidadãos. Uma instituição importante do Estado é o governo, que produz as políticas públicas, que são ações que intervêm na realidade social e que deveriam oferecer suporte, para que todos tivessem condições de alcançar melhorias na qualidade de vida.

Desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico. Para um país ou uma sociedade ser considerado desenvolvido, é preciso que a sua população acesse os frutos desse crescimento. Uma das formas de mensurar esse desenvolvimento é o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, algo que é definido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelo princípio da equidade (Fiocruz, 2013).

No século 21, a saúde tornou-se um fator prioritário na garantia de desenvolvimento sustentável, dado o seu impacto significativo no crescimento econômico e na amplitude do desenvolvimento humano (WCO, 2015).

Neste contexto, o Objetivo 3 do Desenvolvimento Sustentável relaciona-se com a Saúde e Bem-Estar. A boa saúde é essencial para o desenvolvimento sustentável, e a Agenda 2030 reflete a complexidade e interconectividade dos dois. Considera o aumento das desigualdades econômicas e sociais, a rápida urbanização, as ameaças ao clima e ao meio ambiente, o HIV e outras doenças infecciosas e desafios emergentes, como doenças não transmissíveis. Dessa forma, a cobertura universal de saúde é essencial para que o ODS 3 seja alcançado e, de igual maneira, para acabar com a pobreza e reduzir as desigualdades. Prioridades de saúde global emergentes não explicitamente incluídas nos ODS, abrangendo resistência antimicrobiana, também exigem ação; contudo, o Planeta Terra está fora do caminho para alcançar os ODS relacionados à saúde, visto que o progresso tem sido desigual, tanto entre os países como dentro deles (ONU, 2022).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1948), a saúde é definida como o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de afecções ou enfermidade. Ainda, a saúde é o resultado de uma série de fatores biológicos, ambientais, econômicos, políticos e sociais (UNESCO, 2008).

Segundo o artigo 3º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (BRASIL, 1990), os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo a



saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Entre as áreas da saúde, encontra-se a Saúde Visual/Ocular.

No Brasil, a expressão Saúde Ocular é a terminologia utilizada para discutir temas relacionados aos cuidados com o sistema visual. É empregada na apresentação de políticas públicas nessa área assistencial, compreendendo um conjunto de ações articuladas que visam a promoção de uma atenção integral à saúde. Essa terminologia consiste num enunciado que remete às condições para o bem-estar e que favorecem a Saúde Visual/Ocular de indivíduos e grupos populacionais (Lima, 2021).

Além dessa, encontra-se na literatura a terminologia Saúde Visual, termo que remete à visão, à função do sistema visual. Entre as funções visuais, encontra-se a acuidade visual, que é a capacidade de ver detalhes com clareza, independentemente da distância do objeto. A incapacidade visual ocorre quando uma condição ocular afeta o sistema visual e uma ou mais de suas funções visuais (WHO, 2019).

No que tange à Saúde Visual/Ocular do indivíduo, pode-se afirmar que as causas de perda da capacidade visual são múltiplas (Brasil, 2016). Ainda, que a Saúde Visual/Ocular de uma população é o resultado de uma série de condicionantes estruturais que formam seu sistema de atenção visual. Assim, os macrofatores econômicos, políticos, sociais, profissionais que prestam serviço e instituições de formação profissional, entre outros fatores, incidirão na geração de problemas de Saúde Visual/Ocular e na capacidade de acesso da população à atenção em saúde e, por conseguinte, no estado de sua Saúde Visual/Ocular (UNESCO, 2008).

Conforme a Portaria nº 3.128, de 2008, que define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na Atenção Básica e Serviços de Reabilitação Visual, no artigo 1º, parágrafo 1º, considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão³ ou cegueira⁴ (Brasil, 2008). De acordo com o Decreto

³ A definição funcional de baixa visão, segundo a OMS (1992), é quando uma pessoa, que apresenta comprometimento do funcionamento visual, mesmo após o tratamento e/ou correção refrativa e tem acuidade visual entre 20/60 e 20/400, no melhor olho, com a melhor correção possível, e com campo visual menor de <10 graus do ponto de fixação, mas quem utiliza ou é potencialmente capaz de usar a visão para o planejamento e/ou execução de uma tarefa.

⁴ Na cegueira, a acuidade visual é menor que 20/400 no melhor olho, após melhor correção possível e campo visual <10 graus do ponto de fixação. Caracteriza-se como nenhuma visão utilizável, com exceção da percepção da luz.



nº10.654, de 2021, a visão monocular foi classificada como deficiência sensorial, do tipo visual, para fins de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência (Brasil, 2021).

A Saúde Visual/Ocular oportuniza uma importante contribuição para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e abrange muitos dos objetivos de desenvolvimento sustentável, como a saúde e bem-estar, a redução da pobreza, o crescimento econômico e emprego, a educação, o gênero e a redução das desigualdades. Neste sentido, a IAPB e os Amigos da Visão das Nações Unidas estão defendendo a primeira resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre visão. A resolução reconhece explicitamente a importante contribuição que a Saúde Visual/Ocular pode favorecer para a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e visa motivar a ação dos países, do setor privado, da ONU e de suas instituições (IAPB, 2022).

Globalmente, as sociedades são construídas com base na capacidade de ver. Cidades e municípios, economias, sistemas educacionais, esportes, mídia e muitos outros aspectos da vida contemporânea são organizadas em torno da visão. Assim, a visão contribui para as atividades diárias e permite que as pessoas prosperem em todas as fases da vida (WHO, 2019). Entre os recursos humanos que prestam serviços em Saúde Visual/Ocular, encontra-se o Optometrista (OMS, 2013).

A Optometria é uma profissão de saúde autônoma, e os optometristas são os especialistas que atuam nos cuidados primários de Saúde Visual/Ocular. Assim, são realizados exames e consultas para verificar e mensurar a acuidade visual, além da prescrição de óculos e lentes de contato, encaminhamento para exames complementares e, se necessário, para outros profissionais da saúde. Essa atenção primária é entendida como o primeiro contato, ou seja, o primeiro acesso que o indivíduo terá à saúde, conforme sua necessidade específica (Grosvenor, 2004).

Os optometristas estão amplamente distribuídos a nível mundial, como no Canadá, Estados Unidos e Austrália, dentre outros países (Shneor; Isaacson; Gordon-Shaag, 2021). Segundo a *The International Agency for the Prevention of Blindness* (IAPB, 2021), em recente estudo de mapeamento da força de trabalho global em Optometria, os dados indicaram que havia 331.743 optometristas representando 123 países.

Os optometristas são os profissionais que detectam condições que podem colocar em risco a visão e a vida, tais como glaucoma, diabetes e hipertensão; asseguram e providenciam a entrada no sistema de saúde para muitos pacientes que, em caso contrário, não procurariam cuidados; identificam alterações visuais e oculares que podem interferir na aprendizagem e comportamento. Além disso, maximizam a produtividade laboral e beneficiam a estabilidade



econômica, promovem a qualidade de vida e a independência individual e reduzem os custos dos cuidados de institucionalização e suporte (WCO, 2015).

A saúde constitui uma condição de cidadania, sendo parte inerente do próprio conceito do desenvolvimento. Não há, portanto, país que possa ser considerado como desenvolvido tendo a saúde da população precária. Nessa direção, não se torna necessário nenhum vínculo entre saúde e crescimento econômico para justificar as ações universalizantes e o gasto em saúde. Isso permite superar falsos e perniciosos dilemas entre uma dimensão econômica restrita e uma visão ampla da saúde como um direito, que constitui uma premissa, inclusive ética, para pensar o desenvolvimento (Gadelha, 2012).

A agenda de saúde precisa retirar-se de uma discussão intrínseca, insulada e intrasetorial, e entrar na discussão do padrão do desenvolvimento brasileiro, ou seja, a saúde, como qualidade de vida, implica pensar em sua conexão estrutural com o desenvolvimento econômico, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a mobilização política da sociedade (Gadelha, 2012).

Em contrapartida, esforços significativos nas diversas áreas necessitam ser colocados em curso, articulando sociedade civil organizada regional/local em curso e Estado, como forma de intensificar condições de possibilidade do desenvolvimento regional, pautados na dignidade de vida humana e no direito de acesso aos bens produzidos pelas sociedades contemporâneas (Bazzanella, 2014).

A saúde é um fator prioritário para a qualidade de vida. Entre as áreas da saúde, está a Saúde Visual/Ocular, que impacta significativamente no desenvolvimento humano das comunidades, sendo importante, por este motivo, unir esforços para melhorar as oportunidades de acesso aos serviços de Saúde Visual/Ocular do povo brasileiro.

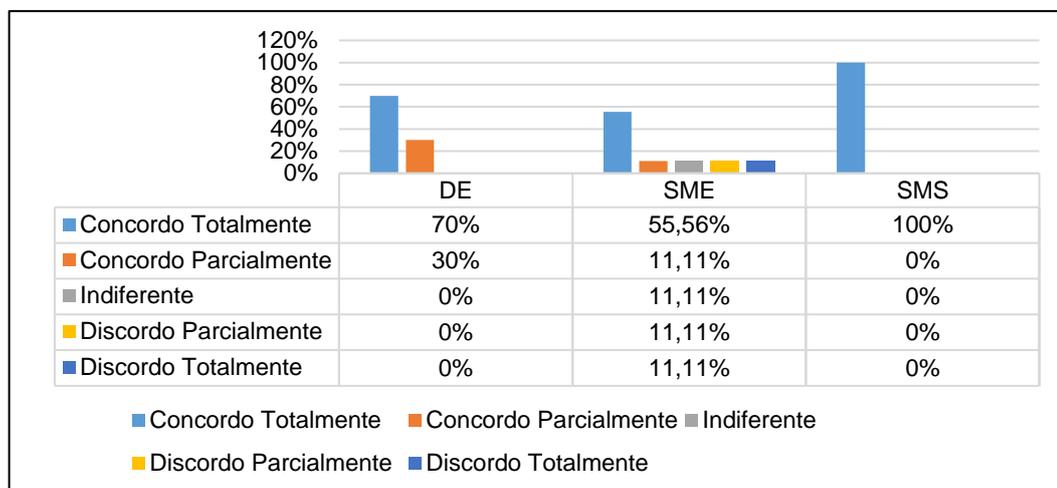
5. Percepção dos gestores de saúde e educação dos municípios da AMPLANORTE

Apresenta-se, na sequência, os resultados das percepções dos Diretores Escolares (DE), Secretários Municipais da Educação (SME) e Secretários Municipais de Saúde, ao serem questionados sobre as contribuições da UNC – Curso de Optometria e Clínica de Saúde Visual – para o desenvolvimento regional dos municípios da Amplanorte.

Em relação aos DE, SME e SMS serem questionados sobre o grau de concordância da contribuição da UNC para o desenvolvimento regional no âmbito do território da Amplanorte, apresenta-se o Gráfico 1, a seguir.



Gráfico 1 – Grau de concordância sobre a contribuição da UNC para o desenvolvimento regional do território da Amplanorte na percepção dos DE, SME, SMS



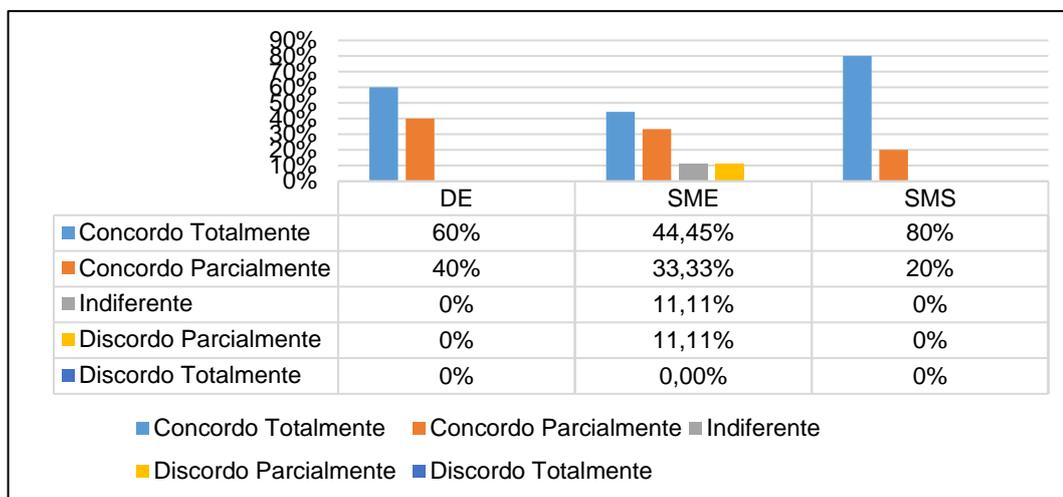
Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Para os DE, SMS e SMS há predominância da percepção positiva, o que demonstra, na visão dos pesquisados, que a Universidade do Contestado contribui para o desenvolvimento regional dos municípios da Amplanorte, por meio da construção e difusão de conhecimento e tecnologia e da formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade humanizada e sustentável. Além disso, mediante ações de ensino, pesquisa e extensão, prepara seus estudantes para exercerem seus papéis sociais, científicos e tecnológicos de forma comprometida. A UNC, ainda, mantém relação intensa com a sociedade e a sua região de abrangência, o que pressupõe sua contribuição com o desenvolvimento regional.

Ao questionamento sobre o grau de concordância em relação à contribuição da Clínica de Saúde Visual para o desenvolvimento regional do território da Amplanorte, os resultados estão apresentados no Gráfico 2.



Gráfico 2 – Grau de concordância sobre a contribuição da CSV para o desenvolvimento regional do território da Amplanorte, na percepção dos DE, SME e SMS



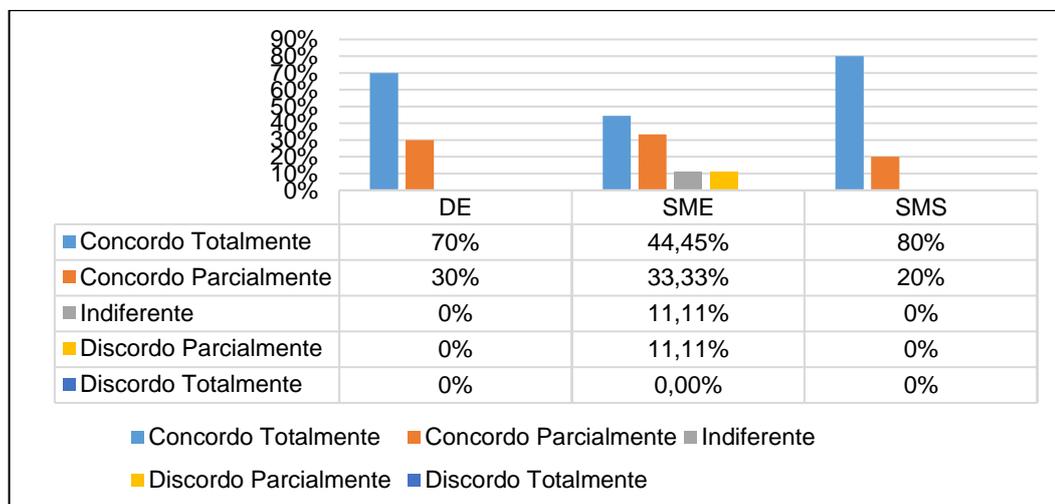
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Para os DE, SME e SMS predominou a percepção positiva, indicando que, sob a ótica dos investigados, a CSV contribui para o desenvolvimento regional do território da Amplanorte. Isso se efetiva mediante a formação de profissionais com alta qualificação acadêmica, técnica, científica e tecnológica, pautada pelo senso crítico e baseada na responsabilidade social e na cidadania, com a prestação de serviços gratuitos de Saúde Visual/Ocular para a população, ações de extensão e trabalhos de pesquisa, entre outros. Além disso, há articulação entre a CSV da UNC com os municípios da Amplanorte e seu entorno, configurando, assim, a sua inserção local e regional.

Neste sentido, confirma-se a afirmação de Lauxen (2006) de que quanto maior for a inserção regional da Universidade, maior será sua contribuição para a sociedade. Um dos motivos para a criação do Curso de Optometria e da CSV está relacionado às demandas regionais, que apontavam para a situação da saúde, em especial a Saúde Visual e Ocular, da falta de profissionais na sua região de abrangência e, nesse contexto, foi instituída uma formação profissional, que protagoniza há 22 anos o acesso e a assistência à Saúde Visual/Ocular nos municípios da Amplanorte.

Em relação ao questionamento sobre a relevância social da Clínica de Saúde Visual no território da Amplanorte, apresenta-se os resultados no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Grau de concordância sobre a relevância social da CSV no território da Amplanorte, na percepção dos DE, SME e SMS



Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Para os DE, SME e SMS predominou a percepção positiva, indicando que a CSV possui relevância social no território da Amplanorte.

Ao serem questionados sobre o que é desenvolvimento regional, no seu entendimento, houve as seguintes descrições: “Desenvolvimento de toda região, melhorias e facilidades” (SMS-1); “Potencializar o melhor de cada território” (SMS-2) e “Crescimento amplo de uma determinada região” (SMS-4). Essa percepção difere do conceito proposto pela Fiocruz (2013), que estabelece que desenvolvimento não significa o mesmo que crescimento econômico, pois, para que um país ou sociedade possam ser considerados desenvolvidos, é preciso que a sua população tenha acesso aos frutos desse crescimento.

Outra percepção de desenvolvimento regional foi: “Nesta área necessitamos de mais capacidade instalada e prestadores pelo SUS” (SMS-5). Essa opinião se aproxima da afirmação de WCO (2015) de que, neste século, a saúde é um fator prioritário na garantia de desenvolvimento sustentável, dado o seu impacto significativo no crescimento econômico e na amplitude do desenvolvimento humano (WCO, 2015).

Uma das formas de aproximação da CSV da UNC com o SUS é por meio do PET-Saúde, que foi instituído pela Portaria Interministerial nº 421, de 3 de março de 2010, o qual tem como pressuposto a educação pelo trabalho, dirigido aos estudantes dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação na área da saúde, de acordo com as necessidades do SUS. O objetivo é estimular a formação de profissionais e docentes orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2010).



Entende-se que a CSV da UNC, por meio da extensão universitária, constituiu um meio de aproximação com o desenvolvimento regional, mediante ações de Saúde Visual/Ocular, práticas acadêmicas, disseminação de conhecimento e responsabilidade social, fatores estes que, conforme Frota (2017), asseguram a cidadania e a inclusão social.

De acordo com Lauxen (2006), a Universidade caracteriza-se como uma instituição regional por estar em constante diálogo com a comunidade, atendendo as suas necessidades e constituindo-se em fator de integração a partir de cada realidade, e isso ocorre, principalmente, pelas ações de extensão universitária, por meio dos atendimentos que a CSV da UNC executa desde a sua efetivação.

Pode-se perceber que há predominância positiva entre os DE, SME e SMS em relação às contribuições das ações da CSV e da UNC para o desenvolvimento regional do território da Amplanorte. Essa percepção aproxima-se da afirmação de Siedenberg (2006) sobre o desenvolvimento regional. Além disso, com o conceito Amartya Sen (2000) onde as oportunidades de educação e saúde facilitam a participação econômica. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros, promovendo desenvolvimento humano.

6. Considerações finais

Foi possível concluir que há predominância da percepção positiva entre os DE, SME e SMS em relação às contribuições das ações da Clínica de Saúde Visual da UNC para o desenvolvimento regional do território da Amplanorte. Esses resultados pressupõem que a CSV da UNC contribuiu, de fato, para a promoção do desenvolvimento humano e para os objetivos do desenvolvimento sustentável pela extensão em saúde.

Ademais, percebe-se a contribuição da Extensão Universitária da Clínica de Saúde Visual da UNC para as políticas públicas de Saúde Visual/Ocular dos municípios da Amplanorte. Há, entretanto, a possibilidade de ampliação da integração com os municípios da Amplanorte, por meio de articulações com as Secretarias Municipais de Saúde e Secretarias Municipais de Educação, em projetos de pesquisa, articulação de ensino, pesquisa e extensão, projetos de curricularização da extensão, buscando maior integração da CSV da UNC com o SUS.

REFERÊNCIAS

BAZZANELLA, S. L. Saúde de desenvolvimento humano e regional. **Revista Saúde Meio Ambiente**, v. 3, n. 2, p. 3-18, jul./dez. 2014.



BERTO, A. B. F. Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. **Revista Perspectivas Online: humanas e sociais aplicadas**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 2, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria interministerial nº 421, de 3 de março de 2010**.

Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/pri0421_03_03_2010.html. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 17 set. 2021

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005/2014**. Disponível em:

<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 3 set. 2022.

BRASIL. Câmara de Educação Superior. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 243, Seção 1, p. 49, 19 dez. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos temáticos do PSE – Saúde Ocular**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008**. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na Atenção Básica e Serviços de Reabilitação Visual. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html. Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.654, de 22 de março de 2021**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/decreto/D10654.htm. Acesso em: 26 abr. 2023.

CAROLO, D. T. N.; MILANI, M. L. Aspectos constitutivos da formação do estado brasileiro: análises com dr. Sandro Luiz Bazzanella. **Profanações**, [S. l.], v. 8, p. 1-18, 2021. DOI: 10.24302/prof.v8.3373. Disponível em:

<https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/3373>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DANTAS, M. W.; GUENTHER, M. Extensão universitária e desenvolvimento local sustentável: uma revisão da literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, 2021.



DIAS, R; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FARIA, J. P. Extensão universitária como mecanismo de desenvolvimento educacional e social no Brasil. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 75-82, jan./mar. 2015.

FIOCRUZ. **Saúde e desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/desenvolvimento-e-saude/#.YXgMFhrMLIU2013>. Acesso em: out. 2021.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus- AM, maio de 2012.

FROTA, M. B. **A extensão universitária como estratégia para o desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, 2017.

FUJITA, M, S, L; OLIVEIRA, M, R, M; LEAL, A, C. **A Extensão universitária na Unesp**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

GADELHA, C. A. G. Saúde e desenvolvimento: uma nova abordagem para uma nova política. **Rev. Saúde Pública**, Brasília, n. 46 (suppl 1), p. 5-9, 2012.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** Disponível na URL: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf acesso 03/09/2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROSVENOR, T. **Optometria de atención primária**. 4. ed. Barcelona: Masson, 2004.

GUMBOWSKY, A. Instituições de ensino superior fundacionais do Estado de Santa Catarina: compromissos com o desenvolvimento regional. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 36, dez. 2014.

IAPB. International Agency for the Prevention of Blindness. **A saúde ocular e os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://www.iapb.org/>. Acesso em: 3 maio 2022.

IAPB. International Agency for the Prevention of Blindness. **Mapeando a força de trabalho global de Optometria**. 2021. Disponível em: <https://www.iapb.org/blog/mapping-the-global-optometry-workforce/> Acesso em: 21 ago. 2022b.

LAUXEN, S. L. Universidade regional. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário**. Brasília, DF: INEP, 2006. p. 238.



LIMA, N. C. **Seguindo os atores: o campo da Oftalmologia no Brasil e a construção de políticas públicas.** 2021. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021.

LOZADA, G. **Metodologia científica.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MENDES, W. W. A.; FERREIRA, M. A. M.; FARIA, E. R.; ABRANDES, L. A. Desenvolvimento humano e desigualdades regionais nos municípios brasileiros. **Latin American Research Review**, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 742-758, 2020.

MUELLER, A. A. Para além de Putnam cultura, capital social e liberdades, no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Bernardo do Campo, SP, v. 35, n. 103, 2020.

OMS. Organización Mundial de la Salud. **Salud ocular universal: un plan de acción mundial para 2014-2019.** Ginebra: Organización Mundial de la Salud, 2013. p. 1-32. ISBN 9789243506562. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/105956>.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.** 2015. Disponível em: <https://www.undp.org/>. Acesso em: 3 maio 2022.

PIRES DA SILVA, W. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, Natal, v. 11, n. 2, p. 21-32, nov. 2020.

QUEIROZ, V. B.; MEDINA, T.; CORREIA, J. A. Extensão universitária e desenvolvimento local: Implicações dialógicas. **Educação, Sociedade & Culturas**, Itabaiana, Sergipe, 2020, (56), 137–153.

REZER, R. **Horizontes para pensar a universidade comunitária no contemporâneo: 30 teses...** Ijuí: Editora Unijuí, 2019. 240 p.

RODRIGUES, A. L. L.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; COSTA, C. L. N. A.; NETO, I. F. P. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 16, p. 141-148, mar. 2013.

SANTANA, R. R.; SANTANA, C. C. A. P.; NETO, S. B. C.; OLIVEIRA, C. O. Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623698702>.

SCALABRIN, F.; MELO, D. S. S. **Ciência política e teoria geral do estado** Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRANO, R. M. S. M.; MENENSES, L. B. A.; ALVARENGA, J. P. O.; SOARES, V. L. A. extensão universitária brasileira: olhares sobre sua história. **Saúde em Redes**, João Pessoa-PB, v. 5, n. 3, p. 193-206, 2019.

SHNEOR, E.; ISAACSON, M.; GORDON-SHAAG, A. The number of optometrists is inversely correlated with blindness in OECD countries. **Ophthalmic and Physiological**



Optics published by John Wiley & Sons Ltd on behalf of College of Optometrists Ophthalmic & Physiological Optics, v. 41, p. 198-201, 2021.

SIEDENBERG, D. R. (coord.). **Dicionário de desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SILVA, E. W. **A função social da universidade juntos aos oprimidos**. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2018.

SOLHA, R, K, T. **Sistema único de saúde: componentes, diretrizes e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

UNC. Universidade do Contestado. **Projeto político pedagógico do curso de Optometria**. Mafra, SC: Universidade do Contestado, 2016.

UNC. Universidade do Contestado. **Projeto político pedagógico do curso de Optometria**. Mafra, SC: Universidade do Contestado, 2022.

UNC. Universidade do Contestado. **Plano de desenvolvimento institucional: 2020-2025**. Mafra, SC: Universidade do Contestado, 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Informe de la salud visual en suramérica 2008**. Cataluña, Campus de Terrassa: Cátedra Unesco Salud Visual y Desarrollo, 2008. p. 228.

WCO. World Council of Optometry. **Porquê optometria?** O modo de fornecer cuidados de saúde oculares e visuais de qualidade, avançados e igualitários para todos os pacientes. Tradução Vera Carneiro. 2015. Disponível em: https://worldcouncilofoptometry.info/wp-content/uploads/2018/02/Tradu%C3%A7%C3%A3o_Why_Optometry_WCO.pdf.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on vision**. ISBN 978-92-4-151657-0. Switzerland: World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241516570>.